



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

## **PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REIGIÃO/RR PARA O ANO DE 2021**

**NOVEMBRO/2020**



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

**GESTÃO 2020/2023:** “JUNTOS NO MESMO NORTE: DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PARA O CRESS QUE QUEREMOS”

### DIRETORIA

**Presidente:** Agnaldo Rodrigues dos Santos

**Vice-Presidente:** Tassiana Mayra Soares Portela

**1ª Secretária:** Marilene Pereira da Silva Marques

**2ª Secretária:** Aedra Rocha Freitas

**1ª Tesoureira:** Adria Aragão Leidens

**2ª Tesoureira:** Sylvanara Alves Lima

### CONSELHO FISCAL

Diva Cristina Mota da Cunha  
Karla Herreira Muniz de Moraes  
Gisele Felipe Pinto

### SUPLENTE

**1º Suplente** - Maria Yasmin Silva Gouveia

**2º Suplente** - Crislene Bezerra Menezes

**3º Suplente** - Alinne Bianca Lima de Souza

**4º Suplente** - Lucimar Pereira Lima

**5º Suplente** - Karen Lorena Martins de Melo

**6º Suplente** - Ana Kelly Lobato da Silva

**7º Suplente** - Ligia da Nóbrega Fernandes

### AGENTE FISCAL

Vanessa Francisca Chagas de Oliveira



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

### SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1. CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE FISCALIZAÇÃO, COFI CRESS RORAIMA .....</b>	<b>5</b>
<b>2. INFORMAÇÕES GERAIS DA COFI .....</b>	<b>6</b>
<b>2.1 Competências da COFI .....</b>	<b>6</b>
<b>3.1 – Agente Fiscal:.....</b>	<b>7</b>
<b>3. AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:.....</b>	<b>8</b>
<b>4 - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO 2021 – PRIORIDADES PARA O TRIÊNIO 2020-2023 .....</b>	<b>13</b>
<b>PLANO DE AÇÃO PARA 2021.....</b>	<b>30</b>
<b>EIXO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>25</b>
<b>EIXO: COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>EIXO: COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA.....</b>	<b>28</b>
<b>EIXO: ÉTICA E DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>30</b>
<b>EIXO: SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>33</b>
<b>4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....</b>	<b>45</b>



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

### APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Serviço Social – CRESS da 27ª Região / Roraima, regulamentado pela Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, constitui-se em uma entidade de personalidade jurídica de direito público, com jurisdição no estado de Roraima, dotado de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e tem como objetivo principal, disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em seu âmbito de jurisdição.

De acordo com os princípios e normas gerais do Conjunto CFESS/CRESS, a Diretoria do CRESS é constituída por 09 (nove) membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, 02 (dois) secretários, 02 (dois) tesoureiros, 03 (três) membros do Conselho Fiscal e de 09 (nove) membros suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais inscritos no âmbito de sua jurisdição, em pleno gozo de seus direitos, por via direta e pelo mandato de 03 (três) anos, em gestão colegiada.

O CRESS/RR 27ª Região foi criado pela Resolução CFESS nº 853/2018, de 21 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 97, em 22 de maio de 2018, possuindo assim, competência para atuar em todo o estado de Roraima. Com sede na capital Boa Vista, a entidade se integra aos Assistentes Sociais no exercício da profissão da respectiva área territorial, tendo existência legal constituída pela Resolução CFESS nº 863, de 26 de junho de 2018, publicada no DOU em 28 de junho de 2018.

A atual Diretoria eleita teve o resultado do processo eleitoral homologado através da Resolução CFESS Nº 946, de 24 de abril 2020 e tomou posse em 15 de maio de 2020, assumindo a Gestão 2020/2023 – “JUNTOS NO MESMO NORTE: DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PARA O CRESS QUE QUEREMOS”, constituindo-se em momento histórico para o Conjunto CFESS-CRESS, por ser a segunda gestão eleita em Roraima após a transição de Seccional para Conselho Regional.

O momento atual é, portanto, de continuidade à execução das atividades do CRESS, dentre as quais destacamos a implementação das ações da Comissão Permanente de Orientação e Fiscalização – COFI para exercício de 2021, mediante o desenvolvimento e acompanhamento de ações voltadas aos impactos do Coronavírus/Covid-19 na atuação de profissionais Assistentes Sociais durante o período da pandemia e execução do cronograma de atividades anuais da COFI, mediante visitas de fiscalização realizadas pela Agente Fiscal em Roraima, priorizando, no corrente



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

ano, as instituições não governamentais (terceiro setor), que é uma demanda apresentada pela categoria inserida nesses espaços, assim como o acompanhamento dos Procedimentos Administrativos e, pretensão ainda, de alcançar as visitas de fiscalização e demais atividades de caráter orientativo nos municípios do interior do Estado.

### **1. CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE FISCALIZAÇÃO, COFI CRESS RORAIMA -PRIMEIRA GESTÃO.**

Na década de 1980, vários avanços ocorreram no processo de fiscalização do exercício profissional pelo Conjunto CFESS-CRESS, no qual diversas medidas foram implementadas, desde o aperfeiçoamento do sistema de inscrição e cadastro, às questões como o mapeamento de espaços de trabalho, bem como a fiscalização destes, contratação de Agentes Fiscais e unificação de procedimentos voltados à fiscalização dos espaços ocupacionais. (CFESS, 2019)

Na expectativa de reconfiguração no sentido de fiscalização, a constituição de espaços de discursão e construção coletiva caminharam na perspectiva de avanços, ultrapassando a dimensão disciplinadora da fiscalização e alcançando a dimensão política na defesa da profissão e dos princípios éticos, sintetizados no Código de Ética de 1993 e na Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão.

A Política Nacional de Fiscalização, instituída pela Resolução CFESS 512/2007, resultou, portanto, de um processo histórico construído a partir da necessidade de impulsionar a organização de estratégias políticas e jurídicas conjuntas e unificadas, concebendo a centralidade da fiscalização numa decisão coletiva, respaldada no entendimento da sua organicidade como estratégias democráticas, que reforçam a relevância pública e do conjunto na sociedade (CFESS, 2007). Estabeleceu ainda, a necessidade dos CRESS constituírem a Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI, que deve ser composta por Conselheiros (as), Agentes Fiscais e Assistentes Sociais da base em situação regular junto ao Conselho.

Nesse sentido, o CRESS 27ª Região/RR iniciou o processo de implantação da COFI em janeiro de 2019, mediante a contratação de (01) Assistente Social para desenvolver a função de Agente Fiscal, além de ter realizado uma reunião ampliada com a categoria, visando a composição das Comissões, sendo estas nomeadas pela Portaria nº 09 de 28 de fevereiro de 2019, publicada



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

no Diário Oficial do Estado nº 3445 em 28 de março de 2019, quando se passou a planejar as ações em Roraima.

### 2. INFORMAÇÕES GERAIS DA COFI

A Comissão de Orientação e Fiscalização é uma comissão regimental que tem como função orientar e fiscalizar o exercício profissional dos (as) Assistentes Sociais para garantir aos usuários um atendimento de qualidade. É composta por no mínimo um Conselheiro (a), a quem caberá a coordenação; Agentes Fiscais contratados e Assistentes Sociais inscritos no CRESS, em pleno gozo de seus direitos e, se possível, indicados por entidades da categoria e unidades de ensino. (CFESS, 2007).

De acordo com a Política Nacional de Fiscalização - PNF, a ação fiscalizadora está delimitada em dimensões que são tomadas de forma articulada, pautada pela dimensão preventiva, político-pedagógica e normativa. Nesse sentido, a finalidade é assegurar a defesa do espaço profissional e garantir a qualidade de atendimento aos usuários (as) de Serviço Social, fortalecendo o Projeto Ético-Político Profissional, na perspectiva da prevenção contra a violação da legislação profissional.

Na primeira gestão da COFI do CRESS 27ª Região/RR foi elaborado o Plano de Ação tendo como principal objetivo orientar, fiscalizar e fortalecer o exercício da profissão do (a) Assistente Social em Roraima, assegurando a defesa do espaço profissional e a melhoria da qualidade de atendimento aos usuários (as) do Serviço Social.

Seguindo a objetividade de compromisso com a categoria, em defesa de condições éticas e técnicas para o exercício profissional, bem como prevenção e orientação, a atual Comissão realizou reestruturação de propostas para o Plano de Ação da COFI/2021, sendo a ferramenta norteadora no sentido de subsidiar as atividades a serem desenvolvidas durante o ano de 2021.

#### 2.1 Competências da COFI

De acordo com a Resolução CFESS 512/2007, a COFI é responsável pela execução das fiscalizações criando mecanismos educativos e informativos, de natureza preventiva, que assegurem a defesa do espaço profissional visando a melhoria da qualidade do atendimento aos



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

usuários (as) do Serviço Social, e fiscalizar o exercício da profissão de Serviço Social, em seu âmbito de jurisdição.

Entre as competências previstas na Resolução CFESS 512/2007, de 29 de setembro de 2007 (art. 11), destaca-se as principais:

- Discutir e implementar a Política Nacional de Fiscalização, aprovada em Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS;
- Encaminhar as denúncias e queixas que não sejam de natureza ética, procedendo as devidas averiguações e providências cabíveis;
- Promover reuniões com profissionais de áreas específicas de atuação e com instituições onde estejam ocorrendo situações que indiquem violações da legislação profissional;
- Realizar visitas de fiscalização seja de rotina, de identificação, de orientação e/ou de constatação de práticas de exercício ilegal e irregular da profissão;
- Promover reuniões e debates com representantes da ABEPSS, ENESSO, Conselho Permanente de Ética, supervisores e membros de unidades de ensino para discussão sobre estágio, ética e exercício profissional.
- Propor ao Conselho Pleno do CRESS representar, perante autoridade policial ou judiciária, a ocorrência de exercício ilegal da profissão, desde que sejam suficientes os elementos de prova fornecidos ou colhidos, necessários à configuração, evidência e comprovação de prática contravencional;
- Realizar em conjunto com outras Comissões do CRESS, discussões, seminários, reuniões e debates que possam subsidiar a prática do Serviço Social.

### 3.1 – Agente Fiscal:

- O Agente Fiscal é o (a) Assistente Social contratado para realizar o trabalho de fiscalização, em consonância com as diretrizes da PNF e do Plano de Ação da COFI. Em Roraima, o (a) profissional foi nomeado (a) pela Portaria nº 021/2020 CRESS 27ª Região/RR, de 01 de novembro de 2020.



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

- A Resolução CFESS Nº. 512/07, em seu Art. 13, define como atribuições do (a) Agente Fiscal: compor a COFI e participar de todas as reuniões e atividades, propor atividades preventivas e de orientação junto aos profissionais e instituições, realizar visitas rotineiras em instituições públicas e privadas, encaminhar às rotinas da COFI, propondo providências, esclarecendo e orientando os (as) Assistentes Sociais, instituições, usuários (as) e outros, sobre os procedimentos e dúvidas suscitadas.
- Além de verificar as condições físicas, técnicas e éticas na execução do Serviço Social e acompanhar a lacração de material técnico, a pedido de Assistente Social ou instituições, caso inexistir profissional habilitado para substituir o (a) Assistente Social demitido (a), exonerado (a) ou afastado (a) por qualquer motivo.

Dessa forma, o trabalho da Agente Fiscal será imprescindível no trabalho de fiscalização e aproximação dos profissionais com este Conselho, e isso será possível mediante atendimentos aos profissionais, atividades de orientação, visitas institucionais para fiscalização e sensibilização sobre a importância de apropriação da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993, do Código de Ética Profissional, dentre outras normativas, visando prevenir o exercício irregular da profissão e situações que violem a legislação profissional.

### 3. AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

Em 2021, o CRESS 27ª Região/RR, por meio da COFI, dará continuidade ao desenvolvimento de ações, visando atender as principais demandas apresentadas no Estado de Roraima. No momento, é válido mencionar que o mundo ainda está vivenciando a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), por sua vez, o Brasil permanece a ser um dos países infectados e, Roraima vivencia diariamente o aumento de casos da doença, impactando nas diversas políticas públicas e nos vários espaços ocupacionais dos (as) Assistentes Sociais, que lidam direta ou indiretamente com os aspectos dessa nova realidade emergencial.

Portanto, permanecem as ações voltadas aos impactos da pandemia nos espaços de atuação profissional, porém, vislumbrando ainda a necessidade em dar continuidade ao trabalho da COFI, junto à categoria dos (as) Assistentes Sociais em Roraima, suas condições de trabalho e as





## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

questões éticas, desenvolvendo trabalho educativo e orientativo, como também no combate as principais questões que violam os preceitos legais da profissão.

Dentre as atividades propostas nesse plano de ação, está disposto a implementação do SISCAF, no qual “consiste no software utilizado para realizar controle cadastral e financeiro, de profissionais e pessoas jurídicas, dentre outras funcionalidades (módulos de processos, fiscalizações e SISDOC), no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS” ( CFESS, 2015, s/p).

Nesse sentido, o sistema realiza a gestão das informações dos profissionais e pessoas jurídicas e dará suporte ao desenvolvimento de ações nos pilares de: Acompanhamento às Instituições de Ensino Superior e aos campos de estágio; bem como na Organização dos Trabalhos da COFI/RR. Ou seja, a utilização do SISCAF subsidiará o CRESS/COFI no processo de atualização no cadastramento nacional dos campos de estágio, assim como no processo de padronização do registro da fiscalização no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS.

### **Ação I – Serviço Social e Coronavírus- os impactos nos espaços de atuação profissional.**

As Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI) do CFESS e dos CRESS, juntamente com outras comissões e assessorias jurídicas têm se debruçado ao debate para apresentar respostas às variadas demandas dos (as) Assistentes Sociais de todo o País que trabalham diretamente com a população nas diferentes políticas sociais e equipamentos públicos.

Nesse sentido, o CRESS 27ª Região/RR tem acompanhado a pandemia do novo Coronavírus/Covid-19, que assola o Brasil e o mundo, impactando a vida de toda a população, bem como as recomendações da Organização Mundial de Saúde para toda a sociedade sobre o isolamento social. Tais fatos tornam frequentes as demandas de profissionais que estão atuando na linha de frente ao combate à COVID-19 em Roraima, sobre a falta de condições de trabalho durante a Pandemia, bem como falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S), conforme preconiza as normas da Vigilância Sanitária de Saúde.

As normas regulamentadoras da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), regulamenta o uso obrigatório e o fornecimento de EPI's de forma gratuita e adequado ao risco do trabalho pelos empregadores, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho. Assim será necessário:



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

- Utilizar as ferramentas de comunicações virtuais para manter diálogo com os profissionais, que estão atuando direta ou indiretamente no combate ao Corona vírus/Covid-19, para que seja garantida as condições técnicas e éticas para o exercício profissional, conforme Resolução CFESS nº 493/2006;
- Solicitação de providências, quando houver evidências de irregularidades das condições éticas e técnicas do exercício profissional do (a) Assistente Social, de acordo com a análise de cada caso, e quando a comissão julgar viável e necessária tendo em vista o período de pandemia.
- Divulgação de material informativo sobre a COFI nas redes sociais do CRESS/RR;
- Envio de documentos às instituições empregadoras, quando verificada situações que contrariem as determinações das autoridades sanitárias;
- Acompanhamento dos Procedimentos Administrativos, com realização de envio de documentos via e-mail às instituições, contato telefônico mediante mensagens de WhatsApp, vídeo chamada e etc.

### **Ação II - Acompanhamento às Instituições de Ensino Superior - IES e aos campos de estágio:**

- Acompanhar o cadastro semestral dos campos de estágio das instituições presenciais e à distância;
- Realizar contato com as instituições de ensino presenciais para verificar como estão sendo desenvolvidas as atividades de ensino nesse período;
- Realizar atendimentos e orientações aos supervisores acadêmicos e de campo através de telefone e via e-mail, durante o período da pandemia;
- Orientação aos acadêmicos por telefone, e-mail e dentre outras ferramentas no período da pandemia.
- Realização de reunião ampliada em parceria com a Comissão de Formação;
- Realizar visitas institucionais (após período da pandemia).
- Implantar e implementar o sistema de cadastramento nacional dos campos de estágio, com vistas a subsidiar a supervisão direta, ampliando as estratégias de utilização junto às Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs).

### **Ação III - Interiorização das ações:**

- Realizar visitas de fiscalização nos municípios do interior do Estado de Roraima.



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

- Realização de Encontros de Assistentes Sociais das macrorregiões do Estado de Roraima, em parceria com outras comissões do CRESS 27ª Região.

### **Ação IV - Organização dos trabalhos da COFI/RR:**

- Participar das capacitações do CFESS;
- Realizar estudos e pesquisas relacionadas ao processo de trabalho da COFI;
- Manter contato com outros CRESS para socialização das boas práticas;
- Realizar reuniões da COFI para deliberar sobre solicitações e análise de novos procedimentos administrativos.
- Acompanhamento dos Procedimentos Administrativos;
- Visitas de fiscalização nos espaços de atuação, tendo como prioridade para 2021 o exercício profissional do Terceiro Setor;
- Aprofundar a discussão sobre as competências e atribuições privativas do/a assistente social, contemplando o material técnico sigiloso e requisições de natureza inter, multi e transdisciplinar.
- Fiscalização de Pessoas Jurídicas.
- Implementação do sistema SISCAF no desempenho das funções da COFI.

### **Ação V - Trabalho no Sociojurídico:**

- Realizar atividades que promovam o debate sobre a atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico, considerando as particularidades das inserções profissionais, para possibilitar a construção coletiva de referências sobre essa atuação.

### **Ação VI - Trabalho Profissional e Combate ao Racismo:**

- Realização, em parceria com outras Comissões do CRESS/RR, de atividades que promovam reflexões e discussões sobre a relação entre o racismo estrutural em suas várias formas de manifestação e o exercício profissional, como forma de contribuir para o combate ao racismo.



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



### 4 - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO 2021 – PRIORIDADES PARA O TRIÊNIO 2020-2023

**Conselheiro Presidente:** Agnaldo Rodrigues dos Santos

**Conselheira Coordenadora da COFI:** Tassiana Mayra Soares Portela

**Agente Fiscal:** Vanessa Francisca Chagas de Oliveira

**Membros:** Karla Herreira Muniz de Moraes (Conselheira); Sylvanara Alves Lima (Conselheira); Lucimar Pereira Lima (Conselheira)

**OBJETIVO GERAL:** Orientar, fiscalizar e fortalecer o exercício da profissão de Assistente Social, em seu âmbito de jurisdição, assegurando a defesa do espaço profissional e a melhoria da qualidade de atendimento aos usuários (as) do Serviço Social.

**Ação I – Serviço Social e Coronavírus - os impactos nos espaços de atuação profissional.**

ATIVIDADES	OBJETIVO	FUNDAMENTO LEGAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RECURSOS (HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS)	RESULTADOS
1 – Atendimento e orientações por telefone	Realizar atendimentos e orientar os (as) profissionais mediante comunicações virtuais, por telefone, e-mail e outras ferramentas utilizadas no momento.	Normativas da Profissão; além das orientações das autoridades de Vigilância Sanitárias em Saúde, dentre outras;	Anual	RH – Conselheiros e Agente Fiscal RM - Instrumentos de fiscalização (formulários e resoluções); Telefone e acesso à internet. RF - CRESS RR	Prevenir violações da legislação profissional e melhoria nas condições de trabalho do (a) Assistente Social durante a Pandemia.
2- Envio de documentos às instituições empregadoras.	Responder as demandas apresentadas pela categoria			RH – Conselheiros e Agente Fiscal	Garantir aos profissionais de Serviço Social



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	durante o período de Pandemia, mediante envio de documentos às instituições empregadoras;			RM – Documento impresso (formulários, ofícios e resoluções); Telefone e acesso à internet. RF - CRESS RR	melhores condições de trabalho.
3- Acompanhamento dos Procedimentos Administrativos, com realização de envio de documentos às instituições, contato telefônico, mediante mensagens de WhatsApp, chamadas de vídeo, etc.	Realizar acompanhamento dos Procedimentos Administrativos.			RH – Conselheiros e Agente Fiscal.  RM - Instrumentos de fiscalização (formulários; ofícios; resoluções CFESS); Telefone e acesso à internet.  RF - CRESS RR	Sanar irregularidades identificadas nos espaços de trabalho.
<b>Ação II - Acompanhamento as IES e aos campos de estágio:</b>					
ATIVIDADES	OBJETIVO	FUNDAMENTO LEGAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RECURSOS (HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS)	RESULTADOS
1 - Realizar visitas de acompanhamento às IES.	Orientar sobre a importância do credenciamento de campo de estágio e regularidade profissional.	- Resolução CFESS nº 533/2008;  - Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93.	Semestral	RH – Agente Fiscal e conselheiros RM – Instrumentos de fiscalização (formulários e resoluções); - Material de expediente. RF – Despesas com Locomoção	Prevenção de possíveis irregularidades nos campos de estágios.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



2 - Realizar atendimentos e orientações in loco aos (às) supervisores (as) acadêmicos (as) e de campo.	Orientações sobre os instrumentos normativos pertinentes ao estágio supervisionado.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Resolução CFESS nº 533/2008;</li><li>- Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93;</li><li>- Resolução 493/2006 Condições, Éticas e Técnicas.</li></ul>	Semestral	<ul style="list-style-type: none"><li>RH – Agente Fiscal e conselheiros</li><li>RM – Instrumentos de orientação (Cartilhas, folders e resoluções);</li><li>- Material de expediente.</li><li>RF – Despesas com Locomoção</li></ul>	Sensibilizar os (as) profissionais, sobre a importância dos instrumentos normativos relacionados ao estágio supervisionado nos espaços ocupacionais.
3 - Orientação aos (às) acadêmicos (as).	Orientações sobre os instrumentos normativos da profissão.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Resolução CFESS nº 533/2008;</li><li>- Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93;</li><li>- Resolução 493/2006 Condições, Éticas e Técnicas.</li></ul>	Semestral	<ul style="list-style-type: none"><li>RH – Agente Fiscal e conselheiros</li><li>RM – Instrumentos de orientação (Cartilhas, folders e resoluções);</li><li>- Material de expediente.</li><li>RF – Despesas com Locomoção</li></ul>	Esclarecer aos (às) acadêmicos (as) sobre a importância dos instrumentos normativos de estágio para a atuação profissional.
4 - Implementar o sistema de cadastramento nacional dos campos de estágio, com vistas a subsidiar a supervisão direta, ampliando as estratégias	Facilitar e subsidiar o acompanhamento junto as IES pela COFI.	Normativas relacionadas ao Estágio.	Anual	<ul style="list-style-type: none"><li>RH – Agente Fiscal</li><li>RM – Tablet para instrumentação do SISCAF</li></ul>	Ampliar a utilização junto às UFAs do controle do sistema de cadastramento.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



de utilização junto às UFAs.					
5 - Realização de reunião ampliada.	Realizar 01 (uma) reunião ampliada em parceria com a Comissão de Formação para debater sobre a temática: Precarização do ensino de graduação em Serviço Social nas modalidades presencial e à distância, tendo em vista as repercussões para a profissão.	- Instrumentos normativos disponibilizados no site do CFESS.	Anual	RH – Agente Fiscal e Conselheiros RM - Data show, notebook, microfone, caixa de som, material gráfico informativo e materiais de expediente. RF – Despesas com Locomoção	Analisar a incidência de precarização do ensino de graduação em Serviço Social nas modalidades presencial e a distância no Estado de Roraima.
<b>Ação III - Interiorização das ações:</b>					
ATIVIDADES	OBJETIVO	FUNDAMENTO LEGAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RECURSOS (HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS)	RESULTADOS
1 - Realizar visitas de fiscalização nos municípios de Roraima.	- Fiscalizar e orientar os (as) profissionais e as instituições referentes ao exercício legal da profissão e condições de trabalho.	- Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93; - Código de Ética Profissional; - Resolução 493/2006 Condições, Éticas e Técnicas;	Anual	RH – Agente Fiscal e conselheiro RM - Instrumentos de fiscalização (formulários e resoluções); - Material de expediente; RF - Diárias; traslado, despesas com Locomoção e passagens. (a depender do município)	Prevenir violações das legislações profissionais e melhoria nas condições de trabalho do (a) Assistente Social no interior do Estado.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



		- Política Nacional de Fiscalização. Resolução 512/2007;			
2 – Realização de três Encontros de Assistentes Sociais das macrorregiões do Estado de Roraima, em parceria com outras comissões do CRESS 27ª Região	Promover espaços de reflexão e debates da categoria dos Assistentes Sociais sobre temas correlatos ao exercício profissional.	- Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93; - Código de Ética Profissional; - Resolução 493/2006 Condições, Éticas e Técnicas; - Política Nacional de Fiscalização. Resolução 512/2007; e demais legislações pertinentes à profissão nos diversos espaços ocupacionais.	Três Encontros Anuais	RH – Agente Fiscal e conselheiros.  RM - Data show, notebook, microfone, caixa de som, material gráfico informativo e materiais de expediente.  RF – Passagens, traslado, diárias.	Fomentar junto aos profissionais o exercício e aprofundamento teórico-reflexivo de temas atuais e transversais ao exercício profissional.
<b>Ação IV - Organização dos trabalhos da COFI/RR:</b>					
ATIVIDADES	OBJETIVO	FUNDAMENTO LEGAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RECURSOS (HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS)	RESULTADOS
1 - Participar das capacitações do CFESS;	Garantir participação de Agente Fiscal, conselheiros (as) e profissionais da COFI	Política Nacional de Fiscalização. Resolução 512/2007;	Três Capacitações anuais	RH – Agente Fiscal e conselheiros RF - Diárias; traslado e passagens aéreas.	Qualificar o (a) Agente Fiscal, conselheiros (as) e profissionais de



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	nas capacitações ofertadas pelo CFESS.	Instrumentos normativos disponibilizados no site do CFESS.			base da Comissão de Orientação e Fiscalização.
2 - Realizar estudos e pesquisas relacionadas ao processo de trabalho da COFI.	Aprimorar os conhecimentos sobre os trabalhos das COFIs nos CRESS.	Instrumentos normativos disponibilizados no site do CFESS.	Anual	RH – Agente Fiscal e conselheiros RM – Documentos formativos (Cartilhas, folders e resoluções); Material de expediente; Computadores e internet;	Aprimoramento profissional do Agente Fiscal e Conselheiros.
3 - Manter contato com outros CRESS para a socialização das boas práticas.	Conhecer o trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização dos CRESS.	Política Nacional de Fiscalização. Resolução 512/2007;	Mensal	RH – Agente Fiscal e conselheiros RM – Telefone, computadores, internet.	Aprimorar os trabalhos realizados pela COFI no CRESS 27ª Região/RR.
4 - Realizar reuniões da COFI.	Deliberar e encaminhar as solicitações dos profissionais (denúncias de violação das normativas da profissão; orientações) e realizar a análise de novos procedimentos administrativos.	- Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93; - Código de Ética Profissional; - Política Nacional de Fiscalização. Resolução 512/2007;	Mensal	RH – Agente Fiscal e conselheiros RM – Computadores, internet, data show, notebook e materiais de expedientes.	Direcionar as irregularidades identificadas nas visitas de fiscalização do (a) Agente Fiscal bem como nas demandas espontâneas dos profissionais.
5- Visitas de Fiscalização nos espaços de atuação, tendo como prioridade para	Identificar possíveis irregularidades.	Política Nacional de Fiscalização. Resolução 512/2007;	Anual	RH – Agente Fiscal RM - Instrumentos de fiscalização (formulários e resoluções); Telefone e acesso à internet.	Prevenir violações da legislação profissional e melhoria nas



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



2021 o exercício profissional do (a) Assistente Social no Terceiro Setor.		Instrumentos normativos disponibilizados no site do CFESS.		RF - Despesas de locomoção.	condições de trabalho do (a) Assistente Social nas instituições do terceiro setor.
6. Aprofundar a discussão sobre as competências e atribuições privativas do/a Assistente Social, contemplando o material técnico sigiloso e requisições de natureza inter, multi e transdisciplinar.	Identificar nos espaços de trabalho as principais dificuldades relacionadas a material técnico e atribuições, inter, multi e transdisciplinar.	Resolução do CFESS 559/2009 – material técnico sigiloso. Resolução do CFESS 557/2009, dispõe sobre elaboração de Parecer técnicos em conjunto.	Anual	RH – Agente Fiscal e Conselheiros RM – Resoluções; material teórico sobre a temática (materiais gráficos, folders); computadores, internet, data show, notebook e materiais de expedientes.	Prevenção de violação das legislações mencionadas.
6- Acompanhamento dos Procedimentos Administrativos.	Solicitar que sejam adequadas as irregularidades em relação à atuação profissional.	Resolução 493/2006 Condições, Éticas e Técnicas.	Mensal	RH – Agente Fiscal e conselheiros RM – Computadores, internet, data show, notebook e materiais de expedientes.	Responder às demandas apresentadas pelos (as) profissionais nos espaços ocupacionais.
7- Fiscalização de Pessoas Jurídicas.	Identificar pessoas jurídicas prestadoras de serviços específicos da área de	Resolução 582/2010 CFESS.	Anual	RH – Agente Fiscal	Orientar as instituições jurídicas de Serviço Social



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	Serviço Social sem inscrição no CRESS.			RM - Instrumentos de fiscalização (formulários e resoluções); Telefone e acesso à internet. RF - Despesas de locomoção.	sobre a necessidade de inscrição ao CRESS.
8 - Implementação do sistema SISCAF no desempenho das funções da COFI.	Aprimorar o desenvolvimento das atividades da COFI.	Resolução CFESS nº 704 que regulamenta a padronização do módulo cadastro do SISCAF (pessoa física) no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS.  Resolução CFESS nº 713 que altera a Resolução CFESS nº 704.	Anual	RH – Agente Fiscal e conselheiros RM – Resoluções; material teórico sobre a temática, computadores, internet.	Proporcionar melhorias no desempenho das atividades da COFI.
<b>Ação V - Trabalho no Sociojurídico</b>					
Realização de debates e discussões sobre a atuação dos/as Assistentes Sociais no Sociojurídico.	Promover espaços de diálogo e troca de experiências sobre o processo de trabalho de Assistentes Sociais no Sociojurídico.	Normativas da profissão, demais instrumentos legais e materiais teóricos correlatos ao exercício profissional e à temática.	Anual	RH – Agente Fiscal e conselheiros  RM – Computadores, internet, data show, notebook e materiais de expedientes, instrumentos legais da profissão,	Possibilitar a construção coletiva de referências para a atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



				material teórico sobre a temática.  RF - Despesas de locomoção	
<b>Ação VI - Trabalho Profissional e Combate ao Racismo</b>					
Realização, em parceria com outras Comissões do CRESS/RR, de atividades de debates e discussões sobre a relação entre o racismo estrutural em suas várias formas de manifestação e o exercício profissional, como forma de contribuir para o combate ao racismo.	Promover reflexões e debates sobre a relação entre as formas de manifestação do racismo estrutural e o processo de trabalho dos/as Assistentes Sociais, com o objetivo de contribuir para o combate ao racismo.	Normativas da profissão, demais instrumentos legais e materiais teóricos correlatos ao exercício profissional e à temática.	Anual	RH – Agente Fiscal e conselheiros  RM – Computadores, internet, data show, notebook e materiais de expedientes, instrumentos legais da profissão, material teórico sobre a temática.  RF - Despesas de locomoção	Contribuir para o combate ao racismo.

- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



Rua David Ramalho, nº 327, Bairro Liberdade – CEP 69.309-012 – Boa Vista-RR  
Site: [www.cress-rr.org.br](http://www.cress-rr.org.br) e-mail: [atendimento@cress-rr.org.br](mailto:atendimento@cress-rr.org.br) Fone: (95) 3623-3703  
Funcionamento: Segunda a Sexta das 12 às 18hs

### - COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Coordenadora da COFI: Tassiana Mayra Soares Portela  
Agente Fiscal: Vanessa Francisca Chagas de Oliveira

E-mail: [cofi@cress-rr.org.br](mailto:cofi@cress-rr.org.br)

### PLANO DE AÇÃO 2021 – COMISSÃO DE FORMAÇÃO

#### PROGRAMAS E SUAS RESPECTIVAS AÇÕES

#### EIXO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL

<b>PROGRAMA</b>	<b>Tema: 1. Fórum em defesa da Formação e Trabalho</b>
<b>OBJETIVO</b>	Integrar e dar continuidade à implementação dos fóruns em defesa da formação e do trabalho profissional com qualidade em âmbito estadual, regional e nacional contra a precarização do ensino superior.
<b>METAS</b>	- Ter membros da comissão participando e mobilizando a categoria para participar das articulações e atividades que serão realizadas pelo Fórum Nacional em defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	- Ter membros da comissão integrando o Fórum Regional em defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social da Região Norte, articulando atividades com ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESO e mobilizando a participação e engajamento das instituições de ensino, de supervisores de estágio e de estudantes de Roraima nas ações.
<b>BASE LEGAL</b>	- Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS/1996; - Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93; - Código de Ética Profissional; - Resolução CFESS nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Formação Profissional
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021
<b>ATIVIDADES</b>	- Participar das reuniões do Fórum em defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social da Região Norte e em âmbito nacional; - Participar de ações e reuniões das instituições de ensino e de estágio supervisionado do estado de Roraima para divulgar e disseminar as atividades do Fórum em defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social; - Realizar, em articulação com comissões regimentais e/ou temáticas do CRESS/RR e UFA's 01 (uma) oficina temática com ênfase na defesa da formação e no trabalho com qualidade em Serviço Social.
<b>RECURSOS</b>	Caso seja possível realizar atividades presenciais em 2021, serão necessários os seguintes recursos: - 1 Toner para impressão - 1 resma de papel - 50 pastas - 2 passagens aéreas ida-volta - 6 diárias para fora do estado

### EIXO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL

<b>PROGRAMA</b>	<b>Tema: 3. Educação Permanente</b>
-----------------	-------------------------------------



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

<b>OBJETIVO</b>	Implementar a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS, observando suas diretrizes, objetivos e estratégias, desenvolvendo ações voltadas para o público interno (conselheiras/os, funcionários/as e assessorias), assim como para a categoria profissional, com ênfase na educação para igualdade étnico-racial e ações antirracistas e gênero e sexualidades, visando a desmistificação da heterocisnorma enraizada nas políticas públicas dispostas.
<b>METAS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Materializar a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/ CRESS no âmbito do Conselho Regional;</li><li>- Capacitar conselheiras/os, funcionários/as, assessorias e a categoria profissional;</li><li>- Trabalhar a educação para igualdade étnico-racial e ações antirracistas e gênero e sexualidades em parceria com a Comissão de Direitos Humanos.</li></ul>
<b>BASE LEGAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/ CRESS;</li><li>- Assistentes Sociais no Combate ao Racismo: o livro;</li><li>- Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Racismo- caderno 03;</li><li>- Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Transfobia- caderno 04.</li></ul>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Formação Profissional
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021
<b>ATIVIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Realização de 04 (quatro) capacitações ou oficinas com ênfase na educação para igualdade étnico-racial e ações antirracistas e gênero e sexualidades;</li><li>- Divulgação de materiais a respeito da temática proposta, com base naqueles produzidos pelo CFESS e na realidade apresentada no estado de Roraima.</li></ul>
<b>RECURSOS</b>	<p>Caso seja possível realizar atividades presenciais em 2021, serão necessários os seguintes recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 1 Toner para impressão</li><li>- 100 cópias</li><li>- 1 resma de papel</li><li>- 50 pastas</li><li>- Contratação de 1 designer gráfico para fazer materiais de divulgação</li><li>- 6 diárias para realizar atividades estaduais (gastos gasolina e alimentação)</li></ul>





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



### EIXO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL

<b>PROGRAMA</b>	<b>Tema: 5. Ações de articulação com Abepss e UFAs</b>
<b>OBJETIVO</b>	Fortalecer e ampliar os Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social com participação da categoria, estudantes das UFA's, reforçando as lutas para materialidade da Política Nacional de Estágio da ABEPSS e das Resoluções do CFESS nº533/2008, e outras que regulamentam a Supervisão Direta de Estágio.
<b>METAS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apoiar, em articulação com as IES do estado de Roraima, a realização do Fórum de Estágio Supervisionado em Serviço Social e do Seminário de Estágio Supervisionado em Serviço Social;</li><li>- Realizar um diagnóstico acerca das condições do estágio supervisionado no estado de Roraima;</li><li>- Disponibilizar e divulgar no site e nas redes sociais do CRESS/RR as notas e diretrizes da ABEPSS no tocante à formação profissional e estágio supervisionado;</li><li>- Participar e representar a comissão em eventos internacionais, nacionais e regionais dos órgãos de representação da categoria, especialmente da ABEPSS e UFAs;</li></ul>
<b>BASE LEGAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS/1996;</li><li>- Política Nacional de Estágio da ABEPSS;</li><li>- Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93;</li><li>- Código de Ética Profissional;</li><li>- Resolução CFESS nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.</li><li>- Resoluções do CFESS nº533/2008;</li></ul>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Formação Profissional
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021
<b>ATIVIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Organizar 01 palestra ou oficina durante a realização do Fórum de Estágio Supervisionado em Serviço Social e do Seminário de Estágio Supervisionado em Serviço Social, destacando as diretrizes da Política Nacional de Estágio da ABEPSS e das Resoluções do CFESS nº533/2008, e outras que regulamentam a Supervisão Direta de Estágio;</li></ul>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	<ul style="list-style-type: none"><li>- Articular a realização de uma pesquisa científica com IES acerca das condições do Estágio Supervisionado em Serviço no estado de Roraima;</li><li>- Participar de pelo menos dois eventos internacionais, nacionais e/ou regionais dos órgãos de representação da categoria apresentando resultados de sistematizações e pesquisas sobre o estágio e as condições da formação profissional no estado de Roraima;</li></ul>
<b>RECURSOS</b>	<p>Caso seja possível realizar atividades presenciais em 2021, serão necessários os seguintes recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- 1 Toner para impressão</li><li>- 200 cópias</li><li>- 2 resmas de papel</li><li>- 100 pastas</li><li>- 1 Bolsas de apoio para pesquisadores ou estagiário (3 meses)</li><li>- 2 passagens aéreas</li><li>- 6 diárias para fora do estado</li></ul>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



### PROGRAMAS E SUAS RESPECTIVAS AÇÕES PARA 2021

#### EIXO: COMUNICAÇÃO

Traçar diretrizes e direcionamentos para o fortalecimento das ações do conjunto CFESS-CRESS, bem como a discussão e engajamento diante das bandeiras de luta da profissão, destacando sua visibilidade.

<b>PROGRAMA</b>	Dia do/ Assistente Social de 2021.
<b>OBJETIVO</b>	Promover o dia em alusão ao dia do/da Assistente Social com o tema: Assistente social em defesa do direito à vida no campo e na cidade - pelos povos originários e comunidades tradicionais.
<b>METAS</b>	Organizar o evento em alusão ao dia do/da profissional de Serviço Social com centralidade na temática da defesa do direito à vida no campo e na cidade - pelos povos originários e comunidades tradicionais.
<b>BASE LEGAL</b>	Relatório da Plenária Nacional do Conjunto CFESS/CRESS.
<b>RESPONSÁVEL</b>	Todas as comissões do CRESS
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021.
<b>ATIVIDADES</b>	Planejamento das atividades em alusão ao dia do/da Assistente Social.  Formação de uma comissão que estará participando da organização de toda a programação do evento.  Reuniões e encontro da comissão para a tomada de decisões.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



<b>PROGRAMA</b>	Combate ao Racismo.
<b>OBJETIVO</b>	Garantir ações de comunicação com a categoria e a sociedade que mantenham a observância de linguagem, acesso e representação como estratégia permanente antirracista.
<b>METAS</b>	Apoiar, difundir e elaborar atividades, materiais de sensibilização e orientação tendo como enfoque a temática de combate ao Racismo.
<b>BASE LEGAL</b>	Relatório da Plenária Nacional do Conjunto CFESS/CRESS.
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comunicação.
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021.
<b>ATIVIDADES</b>	Produção de materiais em mídia para postagem nos canais de comunicação do CRESS objetivando orientar e discutir sobre ações que contribuem para difusão das práticas antirracistas, promovendo a sensibilização da categoria e também da sociedade que poderá ter acesso aos mesmos.

### PROGRAMAS E SUAS RESPECTIVAS AÇÕES PARA 2021

#### EIXO: COMISSÃO PERMANENTE ÉTICA

Traçar diretrizes e direcionamentos éticos políticos para abordagem das questões que envolvam a ética no cotidiano da profissão.

<b>PROGRAMA</b>	Código Processual Disciplinar
<b>OBJETIVO</b>	Realizar estudo colaborativo sobre o Código de Processo Disciplinar do Conjunto CFESS/CRESS a fim de avaliar suas particularidades, prazos, garantias do direito a defesa e ao contraditório e a desburocratização da instrução processual.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

<b>METAS</b>	Apropriar-se do Código Processual disciplinar com a finalidade de avaliar os processos éticos disciplinares no âmbito do CRESS
<b>BASE LEGAL</b>	Código Processual (resolução CFESS 660/2013)
<b>RESPONSÁVEL</b>	CPE
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021
<b>ATIVIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Realizar grupos de estudo para discussão e debate da resolução 660/2013 CFESS.</li><li>Realizar reuniões para consultoria com o setor jurídico do CRESS em razão da instrução processual existentes por ocasião dos processos éticos e disciplinares.</li></ul>

<b>PROGRAMA</b>	Centralidade da Ética
<b>OBJETIVO</b>	Promover debate e reflexões sobre a centralidade da ética nas ações do Conjunto Cfess/Cress, contemplando: a intrínseca relação com a defesa dos Direitos Humanos; a forma organizativa das pautas no âmbito do Conjunto Cfess/Cress e a relevância disso como princípio para o trabalho profissional de assistentes sociais.
<b>METAS</b>	Difundir a relevância entre centralidade da ética e sua relação com a defesa dos direitos humanos junto à categoria profissional.
<b>BASE LEGAL</b>	Código de Ética do Assistente Social.
<b>RESPONSÁVEL</b>	CPE
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021
<b>ATIVIDADES</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Reuniões ampliadas sobre a temática junto aos/as Assistentes Sociais do Estado de Roraima.</li><li>Elaboração de Notas técnicas/subsídios como resultado das reuniões de debate.</li></ul>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	Diárias	900,00
	Material de expediente	100,00
	Material gráfico	300,00
	Gêneros alimentícios	500,00
	<b>Total</b>	<b>1800.00</b>

OBS: Caso tenha recursos envolvidos na execução das atividades previstas é preciso fazer a descrição.

Plano de ação para 2021

EIXO: ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Atuar na defesa de direitos de um amplo conjunto de políticas sociais públicas, assim como a intervenção qualificada e crítica dos/as assistentes sociais como trabalhadores que atuam em diversos espaços sócio-ocupacionais.

<b>PROGRAMA</b>	<b>Ética e Direitos Humanos</b>
-----------------	---------------------------------



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



<b>OBJETIVO</b>	Priorizar ações em defesa da Ética e dos Direitos Humanos nas condições de trabalho dos/as assistentes sociais e demais trabalhadores/as, na perspectiva de garantia da qualidade dos serviços prestados à população.
<b>METAS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Articular a realização de capacitação sobre a Ética na atuação do Assistente Social;</li><li>2) Visitar 07 escolas estaduais (6 escolas na Capital Boa Vista e 1 escola no Município do Cantá) para abordar sobre os seguintes temas: Racismo, Violência Sexual contra crianças e adolescentes, violência contra a mulher e sobre autismo em forma de oficinas;</li><li>3) Trazer os resultados dessas oficinas para a categoria que trabalha na rede de proteção;</li></ol>
<b>BASE LEGAL</b>	Código de Ética do Assistente Social; Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/1993; Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996); Relatório Nacional Conjunto CFESS-CRESS (2020); Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990); Lei nº 7.716/89 é a Lei do Crime de Racismo de 1989; Lei Maria da Penha (2006); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – 2015).
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Ética e Direitos Humanos
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



<b>ATIVIDADES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Curso de Ética na atuação do Assistente Social para 30 Assistentes Sociais ativos;</li><li>2) Oficinas nas escolas para abordar os temas, acima citados, com o público infanto-juvenil;</li><li>3) Repassar resultados e demandas das oficinas para a categoria que trabalha na rede de proteção;</li></ol>
-------------------	--

<b>ATIVIDADES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Curso de Ética na atuação do Assistente Social para 30 Assistentes Sociais ativos;</li><li>2) Oficinas nas escolas para abordar os temas, acima citados, com o público infanto-juvenil;</li><li>3) Repassar resultados e demandas das oficinas para a categoria que trabalha na rede de proteção;</li></ol>
-------------------	--





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



RECURSOS		
	Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$200,00
	Diárias	R\$600,00
	Materiais gráficos (Pasta de papel, blocos, marcador de página, crachá, Folder.)	R\$450,00
	Gêneros Alimentícios	R\$550,00
	TOTAL R\$ 1.800,00	

### PROGRAMAS E SUAS RESPECTIVAS AÇÕES

#### EIXO: SEGURIDADE SOCIAL

Atuar na defesa de direitos de um amplo conjunto de políticas sociais públicas, assim como a intervenção qualificada e crítica dos/as assistentes sociais como trabalhadores que atuam em diversos espaços sócio-ocupacionais.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



<b>PROGRAMA</b>	<b>Assistência Social</b>
<b>OBJETIVO</b>	Priorizar ações em defesa da Assistência Social como direito, e do SUAS como política pública e as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e demais trabalhadores/as, na perspectiva de garantia da qualidade dos serviços prestados à população.
<b>METAS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Articular a realização de capacitação sobre a Política de Assistência Social em parceria com a SETRABES;</li><li>2) Visitar 03 (três) municípios do estado de Roraima para a realização de reuniões ampliadas e/ou capacitação juntos aos trabalhadores do SUAS;</li><li>3) Realizar pesquisa sobre as condições de trabalho com aproximadamente 50% dos assistentes sociais inseridos na Política de Assistência Social.</li></ol>
<b>BASE LEGAL</b>	Norma Operacional Básica/SUAS, Norma Operacional Básica- RH, Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993).
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Seguridade Social
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021
<b>ATIVIDADES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Reuniões ampliadas junto aos trabalhadores do SUAS, com ações descentralizadas nos municípios do estado de Roraima;</li><li>2) Pesquisa sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais inseridos na política de Assistência Social;</li><li>3) Capacitação sobre a Política de Assistência Social em parceria com a SETRABES;</li></ol>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	4) Elaboração e divulgação de materiais sobre a Política de Assistência Social e das condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais.										
<b>RECURSOS</b>	<table><tr><td>Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)</td><td>R\$100,00</td></tr><tr><td>Diárias</td><td>R\$ 1.080,00</td></tr><tr><td>Materiais gráficos (Banner e folder)</td><td>R\$300,00</td></tr><tr><td>Gêneros Alimentícios</td><td>R\$400,00</td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL R\$ 1.880,00</td></tr></table>	Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$100,00	Diárias	R\$ 1.080,00	Materiais gráficos (Banner e folder)	R\$300,00	Gêneros Alimentícios	R\$400,00	TOTAL R\$ 1.880,00	
Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$100,00										
Diárias	R\$ 1.080,00										
Materiais gráficos (Banner e folder)	R\$300,00										
Gêneros Alimentícios	R\$400,00										
TOTAL R\$ 1.880,00											

<b>PROGRAMA</b>	<b>Inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos nas redes públicas de ensino</b>
<b>OBJETIVO</b>	Incidir junto à gestores estaduais e municipais, para a efetiva implementação da lei 13.935/2019, que prevê a inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos/as nas redes públicas de ensino, na perspectiva da defesa da educação integral.", articulando com outras categorias profissionais, movimentos sociais, sindicatos e espaços de controle social, e fóruns, ligados à construção de uma Política de Educação pública, gratuita, presencial, democrática, laica e de qualidade.
<b>METAS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Capacitar 10 assistentes sociais membros da frente de trabalho junto à gestores estaduais e municipais, para a efetiva implementação da lei 13.935/2019;</li><li>2) Construir documento orientativo à gestores estaduais e municipais sobre a importância do trabalho do assistente social na educação básica;</li></ol>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	<ol style="list-style-type: none"><li>3) Realizar uma (01) reunião individual com os gestores estaduais e municipais para apresentação da proposta, bem como com os parlamentares, conselho estadual e municipal de educação, Organização das Escolas Municipais de Roraima (ODEM), Fórum Estadual de Educação de Roraima, Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima, Fórum Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos de Roraima, Fórum de Educação Infantil de Roraima;</li><li>4) Divulgar mídias sociais sobre o trabalho do assistente social na educação básica;</li><li>5) Promover uma (01) audiência pública na Câmara dos Vereadores e na Assembleia Legislativa.</li></ol>
<b>BASE LEGAL</b>	* <b>Lei N.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019</b> , que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Seguridade Social
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021
<b>ATIVIDADES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Articular com a UERR capacitação de 8 horas sobre o trabalho do assistente social na educação para os membros da frente de trabalho junto à gestores estaduais e municipais, para a efetiva implementação da lei 13.935/2019;</li><li>2) Construir documento orientativo aos gestores estaduais e municipais sobre a importância do trabalho do assistente social na educação básica;</li><li>3) Articular reuniões com gestores estaduais e municipais para apresentação da proposta, bem como com parlamentares, conselhos estadual e municipal de educação, Organização das Escolas Municipais de Roraima (ODEM), Fórum Estadual de Educação de Roraima, Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima, Fórum Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos de Roraima, Fórum de Educação Infantil de Roraima;</li><li>4) Divulgar mídias sociais sobre o trabalho do assistente social na educação básica: 1 banner, 2.000 folders e cards virtuais;</li><li>5) Articular a realização de audiência pública na Câmara dos Vereadores e na Assembleia Legislativa;</li></ol>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



<b>RECURSOS</b>		
	Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$150,00
	Materiais gráficos (Banner e folder)	R\$500,00
	Gêneros Alimentícios	R\$200,00
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 850,00</b>
1.		

<b>PROGRAMA</b>	<b>Defesa do SUS</b>
<b>OBJETIVO</b>	Intensificar ações em defesa do SUS e das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, na perspectiva de responsabilização do Estado na condução das políticas sociais e contra as diversas modalidades de privatização da saúde, em articulação com os Fóruns e a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



<b>METAS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Defender o SUS como direito, principalmente quanto ao seu desfinanciamento promovido pela Emenda Constitucional nº 95;</li><li>2) Articular com os fóruns e a Frente Nacional Contra a Privatização do SUS;</li><li>3) Aproximar a comissão das demandas dos profissionais em seu espaços-ocupacionais;</li><li>4) Discutir com a categoria profissional temas relevantes em voga no cenário nacional.</li></ol>						
<b>BASE LEGAL</b>	Lei 8.142/90- Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.						
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Seguridade Social						
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021						
<b>ATIVIDADES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Realização de reuniões ampliadas;</li><li>2) Visitas e/ou diálogo com a COFI a fim de verificar as situações de trabalho dos Assistentes Sociais inseridos na Saúde, no Município de Boa Vista;</li><li>3) Divulgação de notas explicativas das decisões relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).</li></ol>						
<b>RECURSOS</b>	<table><tr><td>Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)</td><td>R\$100,00</td></tr><tr><td>Materiais gráficos (Banner e folder)</td><td>R\$250,00</td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL R\$ 350,00</td></tr></table>	Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$100,00	Materiais gráficos (Banner e folder)	R\$250,00	TOTAL R\$ 350,00	
Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$100,00						
Materiais gráficos (Banner e folder)	R\$250,00						
TOTAL R\$ 350,00							



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



<b>PROGRAMA</b>	<b>Defesa da reforma agrária, do direito à água, da regularização fundiária dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais</b>
<b>OBJETIVO</b>	Participar de ações políticas em defesa da reforma agrária, do direito à água, da regularização fundiária dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, (quilombolas, de matriz africana ou de terreiro, ribeirinhas, entre outras), atingidos por barragens, pescadores artesanais em contraposição ao agronegócio e aos garimpos, e das lutas pelo direito à cidade com acessibilidade nos espaços urbanos, rurais e na preservação do meio ambiente.
<b>METAS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Capacitar 10 (dez) assistentes sociais como multiplicadores sobre a temática;</li><li>2) Participar de 4 (quatro) as ações da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura de Roraima (FETRAFERR), da Comissão da Pastoral da Terra e do Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima (FOEEC RR);</li><li>3) Realização de 03 (três) Reuniões Ampliadas no estado de Roraima.</li></ol>
<b>BASE LEGAL</b>	<p>* <b>Lei N.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993</b>, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</p> <p>* <b>Lei N.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997</b>, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.</p> <p>* <b>Lei N.º 13.465, de 11 de julho de 2017</b>, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal.</p> <p>* <b>Decreto N.º 7.352, de 04 de novembro de 2010</b>, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).</p>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Seguridade Social				
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021				
<b>ATIVIDADES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Articular com a UERR e da UFRR capacitação de 20 horas sobre as temáticas aos assistentes sociais que serão multiplicadores junto aos demais colegas nas ações do CRESS;</li><li>2) Articular a participação de assistentes sociais nas ações da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura de Roraima (FETRAFERR), da Comissão da Pastoral da Terra e do Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima (FOEEC RR);</li><li>3) Promover o debate sobre atuação do assistente social na área, com ações descentralizadas nos municípios do estado de Roraima.</li></ol>				
<b>DESPESAS</b>	<table><tr><td>Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)</td><td>R\$150,00</td></tr><tr><td><b>TOTAL</b></td><td><b>R\$ 150,00</b></td></tr></table>	Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$150,00	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 150,00</b>
Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$150,00				
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 150,00</b>				

<b>PROGRAMA</b>	<b>População em situação de rua.</b>
<b>OBJETIVO</b>	Lutar pela implantação da política para a população em situação de rua articulada com o Movimento da População de Rua e outros movimentos sociais.
<b>METAS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Conhecer sobre a implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua no Estado de Roraima;</li></ol>





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	<ol style="list-style-type: none"><li>2) Identificar as instituições públicas e representações da sociedade civil que desenvolvem serviços e assistência às pessoas em situação de rua em Roraima, bem como mapear os movimentos sociais em Roraima e no Brasil que atuam na luta pela efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;</li><li>3) Identificar os/as Assistentes Sociais que atuam em instituições que realizam atendimento/acompanhamento e assistência às pessoas em situação de rua;</li><li>4) Promover espaços de debate, troca de experiências, possibilitando a construção de alternativas e desenvolvimento de ações para fortalecer a Política Nacional para a População em Situação de Rua em Roraima.</li></ol>
<b>BASE LEGAL</b>	<p>- <b>Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009</b>, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências;</p> <p>- <b>Decreto nº 9.894 de 27 de junho de 2019</b>, que dispõe sobre o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.</p>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Seguridade Social.
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021
<b>ATIVIDADES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Realizar grupo de estudo sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua;</li><li>2) Realizar mapeamento das instituições públicas, representações da sociedade civil e demais movimentos sociais que atuam realizando atendimento/acompanhamento e assistência às pessoas em situação de rua, bem como atuam em defesa da implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua em âmbito estadual e nacional;</li><li>3) Encaminhar ofícios, realizar contatos telefônicos e via e-mail com as instituições e movimentos sociais acima citados, bem como realizar reuniões com os representantes dessas instituições e movimentos sociais, para conhecer como está sendo implementada a Política Nacional em Roraima, bem como estabelecer ações para fortalecê-la;</li></ol>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	4) Realizar levantamento dos/as Assistentes Sociais que atuam em instituições que realizam atendimento/acompanhamento e assistência às pessoas em situação de rua, e realizar reuniões com esses profissionais para debate sobre o tema, bem como traçar alternativas para ampliar as ações referente à Política Nacional.										
<b>RECURSOS</b>	<table><tr><td>Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)</td><td>R\$100,00</td></tr><tr><td>Notebook</td><td>Equipamento do CRESS</td></tr><tr><td>Datashow</td><td>Equipamento do CRESS</td></tr><tr><td>Telefone</td><td>Equipamento do CRESS</td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL R\$ 100,00</td></tr></table>	Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$100,00	Notebook	Equipamento do CRESS	Datashow	Equipamento do CRESS	Telefone	Equipamento do CRESS	TOTAL R\$ 100,00	
Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$100,00										
Notebook	Equipamento do CRESS										
Datashow	Equipamento do CRESS										
Telefone	Equipamento do CRESS										
TOTAL R\$ 100,00											

<b>PROGRAMA</b>	<b>Serviço Social na Previdência Social</b>
<b>OBJETIVO</b>	Desenvolver ações de defesa da previdência social pública, dos direitos e serviços previdenciários (serviço Social e Reabilitação profissional), em detrimento da Emenda Constitucional - E.C 103/2019 e do processo de reestruturação do INSS, que compromete o acesso da população usuária e as condições de trabalho dos/as trabalhadores/as do instituto.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



<b>METAS</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Identificar os/as Assistentes Sociais que atuam no INSS, que realizam atendimento aos usuários da Previdência Social, assim como os/as Assistentes Sociais interessados no debate sobre a Previdência Social;</li><li>2) Conhecer as atribuições de assistentes sociais inseridos na Previdência Social e as condições de trabalho destes na conjuntura de pandemia e pós Medida Provisória nº 905, do Governo Federal;</li><li>3) Mapear as representações sindicais e representações da sociedade civil que atuam na temática da previdência, para unirmos força nesta luta da manutenção dos direitos e serviços previdenciários;</li><li>4) Promover espaços para roda de conversa e troca de ideias/experiências, proporcionando desta forma a construção de atividades com o intuito de fortalecer o serviço social como direito, assim como a atuação do/da assistente social na previdência.</li></ol>
<b>BASE LEGAL</b>	<p>- <b>Medida Provisória nº 905 de 11 de novembro de 2020</b>, que extingue o Serviço Social no INSS;</p> <p>- Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.</p>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Comissão de Seguridade Social.
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>	2021
<b>ATIVIDADES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Realizar chamamento dos assistentes sociais do INSS, bem como dos demais profissionais interessados em compor o debate junto aos representantes sindicais e representantes da sociedade civil;</li><li>2) Analisar as portarias e decretos, além de serviços e as condições de trabalho os quais os assistentes sociais do INSS estão inseridos na atual conjuntura e conhecer as barreiras sofridas, com isso averiguar as possibilidades para a construção de estratégias juntamente com a categoria para conservarmos o direito ao serviço social para o usuário da previdência;</li><li>3) Alcançar as representações sindicais e da sociedade civil que atuam nesta temática para iniciar e intensificar denúncia junto ao Ministério Público Estadual e Federal de possíveis excessos vivenciados</li></ol>



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR



	<p>pelos/pelas assistentes sociais no âmbito da previdência, como também alertar sobre o prejuízo a população usuária dos serviços;</p> <p>4) Realização de debates com rodas de conversas, bem como o desenvolvimento de ações em defesa da Previdência Social pública.</p>										
<b>RECURSOS</b>	<table><tr><td>Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)</td><td>R\$100,00</td></tr><tr><td>Notebook</td><td>Equipamento do CRESS</td></tr><tr><td>Datashow</td><td>Equipamento do CRESS</td></tr><tr><td>Telefone</td><td>Equipamento do CRESS</td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL R\$ 100,00</td></tr></table>	Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$100,00	Notebook	Equipamento do CRESS	Datashow	Equipamento do CRESS	Telefone	Equipamento do CRESS	TOTAL R\$ 100,00	
Material de expediente (papel A4, caneta, pasta com elástico)	R\$100,00										
Notebook	Equipamento do CRESS										
Datashow	Equipamento do CRESS										
Telefone	Equipamento do CRESS										
TOTAL R\$ 100,00											



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/RR

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CFESS. Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do/a assistente social. Edição revisada e atualizada. Brasília (DF) 2019.

**Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662/1993.** CFESS 10ª Edição Revista Atualizada.

CFESS. **Resolução nº 512 de 29 de setembro de 2007.** Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização.

CFESS. **Resolução nº 704 de 23 de Março de 2015.** Regulamenta a padronização do módulo cadastro do SISCAP (pessoa física) no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS.

CFESS. **Resolução nº 713 de 30 de Junho de 2015.** Altera a Resolução CFESS n 704, de 23 de março de 2015, para prorrogar os prazos para criação dos relacionamentos (aplicação do DE-PARA) no SISCAP pelos CRESS e avaliação do processo de padronização, bem como incluir situações e detalhes da situação.

CFESS. **Relatório Final da Plenária Nacional do Conjunto CFESS - CRESS TIC: Novas tecnologias para a velha exploração do trabalho.** Ano: 2020.